



**IIº SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
03 a 06 de junho de 2013

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

**LITORAL SUL DE SERGIPE E LITORAL NORTE DA BAHIA:
APROPRIAÇÃO, USOS E CONFLITOS**

Carla Norma Correia Dos Santos
Mestre, Instituto Federal de Sergipe – IFS
Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros - GESTAC
carlanorma10@yahoo.com.br

José Wellington Carvalho Vilar
Doutor, Instituto Federal de Sergipe - IFS
Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros – GESTAC
wvilar@yahoo.com.br

Introdução

Ao longo dos últimos anos, observa-se que o litoral brasileiro foi adquirindo além do valor de uso, valor de troca, pois os promotores imobiliários estimulam a aquisição de terrenos litorâneos para obtenção de lucro, através da implantação de empreendimentos voltados ao turismo e o lazer. No litoral brasileiro, as vocações locais e as vantagens comparativas aí existentes transformaram os recursos naturais em produtos, tornando-o uma zona de múltiplos usos e onde emergem diferentes conflitos socioambientais, pois o modelo turístico de sol e praia e o valor social de “morar na praia” também jogam um papel decisivo na ocupação intensiva do espaço litorâneo. Em geral, os conflitos que emergem nesses espaços estão associados à privatização da base de recursos naturais que até então era acessado e usado livremente pelos moradores locais, que atualmente sofrem com a desestruturação dos sistemas sócio-produtivos tradicionais da zona costeira.

É importante ressaltar que o Estado tem papel relevante na valoração e valorização dos espaços costeiros, uma vez que esta instituição legisla, planeja e gerencia, além de atuar como produtor do espaço. Ao longo do litoral, a ação estatal se manifesta através de várias formas, como por exemplo, através de obras viárias, portuárias e da instalação de equipamentos produtivos para dotar tais áreas de acessibilidade e favorecer a exploração econômica. A construção das infraestruturas de transportes e comunicações e o desenvolvimento de atividades secundárias e terciárias

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

atraíram pessoas para os municípios costeiros, que passam a apresentar um acentuado aumento do contingente populacional.

A construção das materialidades geográficas possibilitou o acesso a algumas aglomerações dispersas ao longo do litoral, que através da construção de estradas passaram também a funcionar como espaço de lazer, passando a ser atendidas pelo transporte público, energia elétrica, telefonia e água encanada. Entretanto, embora tais ações devam ser planejadas e executadas em consonância com os critérios de conservação ambiental, algumas atuações estatais ocasionam profundos impactos e comprometem a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida na zona costeira brasileira.

Segundo Moraes (2007), o Estado é o maior agente impactante na zona costeira, pois tem a capacidade de reverter tendências de ocupação e gerar novas perspectivas de uso, imobilizando áreas ou criando atrativos locais. Dessa forma é imprescindível a realização de um ordenamento territorial com o objetivo de direcionar e avaliar os possíveis usos do território. Na visão de Fonseca *et. al.* (2010, p. 45) o ordenamento territorial tem por objetivo “conter e manter os conflitos socioambientais em limites administráveis”, e nesse sentido, ordenar o território significa conciliar a ocupação do solo e o uso dos recursos ambientais de acordo com a capacidade que a base territorial pode suportar. Assim, o ordenamento orienta a utilização racional do território, sendo considerada uma importante ferramenta de gestão, pois contribui para atenuar as disparidades socioeconômicas e possibilita a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Ao longo das últimas décadas no Litoral Norte da Bahia e no Litoral Sul de Sergipe, a inserção de novas atividades econômicas e a crescente valorização das zonas de praia contribuiu para que segundas residências, condomínios de veraneio e outras infraestruturas de turismo fossem instalados, com o intuito de explorar ao máximo os valores paisagísticos costeiros, o que tem promovido profundas transformações ambientais, territoriais e sociais. Nesses espaços costeiros, o governo dos dois estados, em parceria com o Governo Federal e com diversos agentes privados vem realizando projetos e programas voltados para o fomento da atividade turística no litoral, como o

GERCO (Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro), o Projeto Orla e o PRODETUR-NE I e II.

Assim, o objetivo principal do presente trabalho é verificar e analisar os impactos territoriais e socioambientais ocasionados pelas políticas públicas no Litoral Sul de Sergipe e no Litoral Norte da Bahia. Do ponto de vista metodológico para atingir os objetivos da pesquisa foram feitos estudos qualitativos e quantitativos. Faz-se relevante mencionar que a coleta de dados sobre as políticas públicas voltadas para o Litoral Sul de Sergipe e para o Litoral Norte da Bahia, em artigos publicados em revistas científicas nacionais sobre a temática da ocupação, planejamento ambiental e ordenamento territorial no litoral deste dois estados.

Foi realizada também pesquisa *online*, através de sites especializados, como: IBGE, Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos de Sergipe e Ministério do Meio Ambiente. A pesquisa bibliográfica foi realizada com base nas obras de Moraes (2007), Vilar e Araújo (2010) e França (2005) para discutir o espaço litorâneo, além de Vilar e Araújo (2010), Vilar, Fonseca e Santos (2010), Moraes (2010), Vasconcelos (2009) e Silva (2009) para analisar o ordenamento territorial do Litoral Sul sergipano e do Litoral Norte baiano, assim como os conflitos socioambientais ocasionados pela ocupação desordenada dessa área.

DO TERRITÓRIO DO VAZIO AS NOVAS REALIDADES TERRITORIAS

O processo de ocupação das áreas correspondentes aos atuais estados da Bahia e Sergipe concentrou-se até o século XIX nos tabuleiros e nos fundos dos vales, relativamente distantes da costa, a exceção das capitais, Aracaju (Sergipe) e Salvador (Bahia), que são cidades litorâneas. A partir do século XX, com a dominação e valorização seletiva do território, impulsionada pela construção de rodovias, ocorre uma expansão territorial em direção as áreas litorâneas desses dois estados, que se tornam espaços altamente valorizados e atraentes ao capital estatal e privado. O processo de ocupação realizado durante o século XXI promove uma maior fluidez territorial, observando-se uma urbanização difusa que amplia a atividade turística e imobiliária nos litorais de Sergipe e Bahia.

O Litoral Sul de Sergipe, de acordo a classificação do GERCO (Programa de Gerenciamento Costeiro) estadual, está composto pelos municípios de São Cristovão, Itaporanga D’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, totalizando uma área de 2.477 km². Em termos geomorfológicos, verifica-se a presença de planícies e tabuleiros costeiros, e no tocante a hidrografia, uma elevada densidade da rede hidrográfica, o que promove uma abundância de recursos pesqueiros. Quanto aos aspectos fitogeográficos, o litoral sul de Sergipe ainda apresenta uma expressiva área de restinga arbórea, manguezais, campos de dunas, matas ciliares e enclaves de Mata Atlântica.

De acordo com o GERCO-BA (Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia), a região litorânea da Bahia identificada como Litoral Norte compreende os municípios de Lauro de Freitas, Dias d’Ávila, Camaçari, Pojuca, Catu, Araçás, Mata de São João, Itanagra, Cardeal da Silva, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaira, envolvendo municípios que não têm orla atlântica. Nessa área se encontra uma ampla variedade de ecossistemas que abrangem desde remanescentes de Mata Atlântica, restingas, dunas, coqueirais, brejos, lagoas ferruginosas de águas escuras até manguezais e recifes de coral, que além de abrigar um leque diversificado de espécies vegetais e animais, constituem nichos reprodutivos para diferentes espécies.

A ocupação das terras sergipanas partiu do litoral e seguindo os cursos dos rios avançou em direção ao interior, tendo como atividade econômica inicial a pecuária, posteriormente atrelada à força da cana-de-açúcar que proporcionou crescimento econômico e populacional das localidades da Zona da Mata, formando uma nova base econômica e social e construindo uma lógica territorial que beneficiava o estuário e os fundos dos vales. Com a construção de Aracaju¹ como capital do estado de Sergipe em 1855 se inicia uma nova estruturação territorial, a partir de espaços estuarinos mais próximos ao oceano, que se consolida com a construção de rodovias a partir de 1920 e a

¹ Aracaju foi projetada para ser capital da então província de Sergipe d’El Rey na segunda metade do século XIX. Segundo Vilar (2006, p. 47), “Aracaju é uma vitória da situação geográfica (...), o que estava em questão era o porto para exportar. (...) É exatamente essa necessidade imperiosa de contato com o mundo, de começar verdadeiramente o contato com outros espaços, que surge Aracaju (...)” Com o advento da nova capital, o eixo econômico de Sergipe começa a gravitar em torno do estuário do Rio Sergipe e do que hoje se denomina de litoral centro pelo GERCO/SE (Programa de Gerenciamento Costeiro em Sergipe). (VILAR; ARAÚJO, 2010).

macrocefalia urbana de Aracaju que paulatinamente se destaca como centro econômico regional de controle de todo o território sergipano.

A partir da segunda metade do século XX, as infraestruturas de transportes e comunicação e o desenvolvimento de atividades terciárias atraíram pessoas para Aracaju e para municípios costeiros, até então espaços praticamente vazios, que passam a apresentar as maiores densidades populacionais do Estado. No caso específico do Litoral Sul, a construção de rodovias e a urbanização acentuada dos ambientes litorâneos tem promovido profundas transformações ambientais, territoriais e sociais nas últimas décadas.

O Litoral Norte da Bahia começou a ser ocupado na segunda metade do século XVI, em uma área compreendida entre os campos do Rio Pojuca até próximo à foz do Rio Real, onde se desenvolveu uma pecuária extensiva, além de uma economia de subsistência como atividade complementar à economia açucareira, no Recôncavo Baiano. Essa região em consequência do refluxo da economia açucareira, em meados do século XVII, entra num processo de estagnação econômica tendo suas atividades produtivas redefinidas com a introdução do coco na região (SOBRINHO, 1988).

A porção norte do litoral baiano, afastado das sedes municipais, permaneceu isolada da capital do Estado, cujo acesso, a partir da Praia do Forte no sentido norte, só era possível, via marítima, através de saveiros. O processo de ocupação da zona costeira baiana iniciou-se em Salvador, se expandido posteriormente com a implantação das linhas de bonde (1897) e das linhas de ônibus (1961), acelerando o processo de ocupação de novas áreas. A partir dos anos 1920, começam a surgir loteamentos na orla atlântica, que se expandem a partir de construção de rodovias, o que possibilitou a ocupação litorânea, inclusive por residências secundárias e outros serviços ligados ao uso das praias para turismo, recreação e lazer (VASCONCELOS, 2002).

Os espaços costeiros dos dois estados em tela alojam grande parte das segundas residências para veraneio e turismo que evidenciam a consolidação de atividades que promovem uma maior rentabilidade do solo, como os empreendimentos imobiliários, principalmente condomínios fechados e loteamentos, que elevam demasiadamente o preço da terra e estão na base da explicação de vários tipos de conflitos ambientais. No último lustro, os loteamentos imobiliários intensificaram-se com a edificação de eixos

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

viários, como rodovias e pontes, privilegiando classes sociais de maior poder aquisitivo, em detrimento de parcelas menos favorecidas socialmente.

A crescente valorização das zonas de praia contribuiu para que segundas residências, condomínios de veraneio e outras infraestruturas de turismo fossem instalados, com o intuito de explorar ao máximo os valores paisagísticos costeiros. Em geral, tais residências costumam obedecer a estruturas urbanas convencionais, incompatíveis com a elevada fragilidade ambiental dos manguezais, dunas e restingas, além de ocasionar a expropriação da população nativa, gerando ou ampliando os conflitos socioambientais.

No Litoral Sul de Sergipe e no Litoral Norte da Bahia, as atividades tradicionais, como a agricultura de subsistência, o extrativismo da mangaba e a pesca, vêm sendo substituídas por atividades que intensificam o uso do solo e utilizam pouca mão-de-obra, como os cultivos comerciais e a carcinicultura, que vem se expandindo para áreas ocupadas por manguezais. O desenvolvimento de tais atividades contribui com inúmeros problemas ambientais, como a supressão da vegetação de mangue e a liberação de efluentes dos viveiros sem tratamento prévio. É nesse sentido que se pode falar de multiplicidade de usos do território, acompanhado de conflitos socioambientais de intensidade e tipos variados.

LITORAL SUL DE SERGIPE E LITORAL NORTE DA BAHIA: ONDE AS POLÍTICAS TERRITORIAIS SE ENCONTRAM

Para Moraes (2010), as praias do Litoral Sul de Sergipe inserem-se na perspectiva do ordenamento territorial uma vez que o desenvolvimento do turismo de sol e praia busca seu incremento através de instrumentos de gestão do território que se baseiam na sustentabilidade socioambiental, econômica e política. Nessa perspectiva, foram realizadas ações públicas de planejamento, de formulação de planos, programas e projetos, que tentam solucionar os problemas existentes nessa área que apresenta complexas questões sociais, ambientais, fundiárias e econômicas, em decorrência de sua ocupação e exploração desordenada.

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

Entre os instrumentos de ordenamento territorial empregados no Litoral Sul de Sergipe destacam-se o PRODETUR I (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste em Sergipe) (1996/2000), criado com a finalidade de consolidar o turismo como um instrumento de desenvolvimento regional, tendo idealizado ações direcionadas à infraestrutura básica que possibilitassem a instalação de empreendimentos turísticos na forma de Polos de Desenvolvimento Integrados de Turismo, distribuídos pelos diversos estados nordestinos. O PRODETUR I em Sergipe teve seu foco em Aracaju, com a maior parte dos investimentos direcionados para as obras de saneamento, embora também se registre execução de obras relacionadas à infraestrutura básica que viabilizassem o turismo na região, ampliando seus investimentos para outros municípios localizados na zona costeira sergipana, a exemplo de Itaporanga D’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba.

No Litoral Sul de Sergipe o PRODETUR I investiu na pavimentação asfáltica de parte da Rodovia Estadual SE-100 e na urbanização da Orla da Caueira, no município de Itaporanga D’Ajuda, e na praia do Abaís no município de Estância. A pavimentação da rodovia SE-100 possibilitou uma articulação territorial entre o litoral sergipano, o que ocasionou um incremento do adensamento demográfico, por meio da expansão de loteamentos residenciais, sobretudo para segunda residência e veraneio. Nesse contexto ocorreu um aumento ao turismo no Litoral Sul, o que maximizou o fluxo de veículos e a especulação imobiliária, contribuindo assim para uma ocupação desordenada e uma conseqüente degradação ambiental, que comprometeram a qualidade de vida da população residente nessa área.

O PRODETUR II em Sergipe teve como principal objetivo ampliar o sistema de engenharia de transporte com foco no Litoral Sul. Este programa buscou dar continuidade aos programas que visam à melhoria da qualidade de vida da população das áreas beneficiadas pela primeira etapa do programa, bem como garantir condições de sustentabilidade e a consolidação das atividades turísticas locais. O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Costa dos Coqueirais (PDITS – Costa dos Coqueirais/SE) foi o principal instrumento para a implementação do PRODETUR II, onde estão definidas ações e o montante dos investimentos

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

necessários à consolidação do turismo em Sergipe, realizando também uma avaliação das ações do PRODETUR I (MORAIS, 2010).

No Litoral Sul de Sergipe o PRODETUR II também beneficiou o município de Indiaroba, através da pavimentação da rodovia Convento-Pontal e investiu na pavimentação da rodovia que liga o município de Santa Luzia do Itanhy ao povoado Crasto, onde se realizou a implantação e a melhoria da infraestrutura turística e de apoio. O PDITS considerou a primeira fase do planejamento do PRODETUR II e selecionou os municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Estância, Indiaroba, Itaporanga D’Ajuda, Santa Luzia do Itanhy e São Cristovão, que receberam recursos da primeira da fase do programa e o município de Nossa Senhora do Socorro, por razões de complementaridade associados aos resíduos sólidos (PDITS, 2002).

O turismo sergipano foi beneficiado através da consolidação das obras de infraestrutura viária e fluvial, viabilizados pelos investimentos do PRODETUR II, bem como pela implantação de sistemas de água e esgotos em alguns povoados, pela sinalização turística e pela construção de meios de hospedagem. A construção da Ponte Joel Silveira sobre o Rio Vaza-Barris, inaugurada em março de 2010, que interliga Aracaju a Itaporanga D’Ajuda, facilitou e aumentou o fluxo de visitantes para o litoral sul sergipano. Essa obra teve como meta promover o desenvolvimento econômico e do turismo, entretanto acentuou a especulação imobiliária no litoral sul.

Atualmente encontra-se em fase final de construção a ponte sobre o Rio Piauí que ligará Estância a Indiaroba (Porto do Cavalo à Terra Caída) visando interligar plenamente o litoral sul sergipano e encurtando o trajeto Sergipe/Bahia em cerca de 70km. Esse empreendimento tornará possível o acesso à Aracaju pela Linha Verde, ampliando assim a interação territorial entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia. A finalidade da construção é beneficiar os empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários já existentes e ampliar o espaço para novos investimentos.

O Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia, o PRODETUR-BA, foi elaborado pela Bahiatursa, empresa estadual de turismo, no início da década de 1990, que definiu a Costa dos Coqueiros, formada pelos municípios Mata do São, Entre Rios, Conde, Esplanada, Jandaíra Camaçari e Lauro de Freitas como uma das zonas prioritárias a expansão da atividade turística na Bahia. Nessa perspectiva foram

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

realizados investimentos públicos para a dotação de infraestrutura urbana e de transportes e para a associação do turismo com a cultura e ecologia, visando promover a atividade turística, que assume uma nova feição, agora mais compatível com os níveis de eficiência e competitividade exigidos pelo mercado internacional.

Na porção norte do litoral baiano, empreendedores privados também realizaram investimentos, especialmente estrangeiros, na dotação de infraestrutura para desenvolver a atividade turística, o que reflete os recentes processos globais de integração financeira, de mercados e de serviços, nesse setor de atividades. A abertura da Linha Verde (extensão da BA-099 – Estrada do Coco) em 1992, que teve como propósito interligar os estados de Bahia e Sergipe e fomentar o crescimento do turismo nas áreas costeiras do norte do Estado, e a implementação do PRODETUR-BA, impulsionou a atividade turística, em particular para a área de planejamento turístico de Salvador e seu entorno, englobando o litoral norte baiano, denominado de Costa dos Coqueiros, que adquiriu o “status” de Zona Turística.

Essa área, ao longo dos últimos anos tornou-se um dos maiores polos turísticos em crescimento do Brasil, considerando o volume de investimentos nacionais e internacionais e da implantação de condições gerais para abrigar o turismo de porte internacional. Os recursos do PRODETUR-BA foram destinados à modernização do aeroporto internacional de Salvador (Aeroporto Deputado Luis Eduardo Magalhães) e à implantação de infraestrutura de saneamento básico no município de Mata de São João, nas localidades de Praia do Forte e Costa do Sauípe, onde se encontram atualmente *mega-resorts* de porte internacional (LIMONAD, 2007).

Os investimentos realizados nessa área através do PRODETUR-BA somados à implantação e duplicação da “Linha Verde” (BA-099) não só tiraram do isolamento as praias e diversas povoações litorâneas do Litoral Norte da Bahia, como também as tornaram acessíveis aos turistas provenientes de Salvador e Aracaju, aos promotores imobiliários e aos empreendimentos de turismo de grande porte internacional, em uma área onde a atração natural são as praias.

No Litoral Norte da Bahia coexistem distintos tipos de ocupação e uso do solo, de cunho moderno e tradicional, observando-se desde a presença de mega-resorts internacionais nos povoados de Imbassaí e Vila Sauípe, no município de Mata de São

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

João, até grandes propriedades com plantações de eucaliptos e *pinus*, onde ainda se verificam atividades tradicionais relacionadas à silvicultura, agropecuária e pesca nos municípios de Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra. Entretanto, o peso das atividades turísticas já se faz sentir em alguns municípios como o Sítio do Conde, onde se situam pousadas e hotéis de porte médio. No Conde e Jandaíra, embora estas atividades sejam de porte local e regional, respondem pela absorção de uma parcela considerável da população nessas áreas. Nesse contexto observa-se que os povoados litorâneos, locais da instalação de empreendimentos turísticos, oferecem maiores oportunidades de emprego e conseqüentemente um maior nível de renda, superior aos povoados interioranos que apresentam um nível maior de pobreza.

Na Bahia, o Programa, além de uma visão de planejamento estratégico de desenvolvimento regional apontando para o planejamento da atividade turística, incorporou a dimensão ambiental e de sustentabilidade, através da criação de Unidades de Conservação (UCs) ao longo da costa atlântica e em áreas do interior do Estado. Nessa perspectiva foram criadas no litoral norte baiano as APAs Lagoas de Guarajuba-Velado, Litoral Norte, Mangue Seco, Capivara e Joanes-Ipitanga, recobrando quase toda a zona costeira situada entre Salvador e a divisa com o Estado de Sergipe, buscando reduzir o ritmo de especulação imobiliária e ocupação desordenada de espaços para a implementação de atividades de turismo e lazer, que muitas vezes comprometem a qualidade ambiental.

Na Costa dos Coqueiros, algumas vilas de pescadores que até bem recentemente viviam em uma economia tradicional, começam a enfrentar sérios problemas, tipicamente urbanos, como o comprometimento das águas e do solo através do adensamento populacional, sem um adequado programa de saneamento básico, de disposição legal de resíduos sólidos, falta de segurança pública, violência, prostituição infanto-juvenil, dentre outros. A implantação desses empreendimentos e a acessibilidade gerada pela BA-099 na década de 1990 elevam as possibilidades de emprego, em bases formais e informais, nos hotéis, nos resorts e nas residências situadas nos diversos condomínios da área.

O modelo PRODETUR de planejamento passa pelo ordenamento do espaço turístico, estabelecendo um modelo de gerenciamento colegiado, envolvendo segmentos

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

da sociedade civil na gestão da atividade. Nesse sentido é importante ressaltar a contribuição das populações autóctones dessa área para conservação dos recursos ambientais, pois estas vivem nessa área e acumulam conhecimentos acerca de uma forma de gestão social dos recursos naturais que podem e devem ser incorporadas às políticas ambientais.

Nessa área o turismo vem promovendo a desestruturação de economias locais que, historicamente, recorrem aos recursos naturais disponíveis localmente sem, contudo, comprometer sua conservação. Nesse contexto, o ordenamento territorial implantado nessa área emerge em um contexto regional empobrecido e sem infraestruturas e serviços, que contribuiu para descentralizar as atividades de turismo, antes polarizada por Salvador e pelo Litoral Sul da Bahia, aumentando a geração de emprego e renda, diversificando sua estrutura produtiva e ocasionando sérios conflitos socioambientais.

Considerações Finais

O Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe configuram-se atualmente como polos turísticos de maior potencial nesses dois estados. Nessas áreas foram realizados investimentos com recursos dos governos estaduais e do PRODETUR-NE, qualificando a região como destino turístico, onde começa a se configurar um “corredor turístico”. A construção de eixos indutores do desenvolvimento e a implantação de empreendimentos turísticos, embora tenham rompido o isolamento que caracteriza essa porção litorânea, também redefiniram o uso e o acesso a terra pelos diversos segmentos sociais, e reconfiguraram a paisagem e as relações de trabalho, ocasionando conflitos sociais, ambientais e econômicos.

A expansão da atividade turística e os impactos negativos sobre os meios físicos e recursos paisagísticos que vem sendo observados, demonstram a necessidade premente do planejamento integrado da atividade pelos governos dos dois estados, tendo em vistas que as ações de ordenamento territorial realizadas por ambos estão inter-relacionadas. O "modelo" territorial de desenvolvimento preconizado para a região, apoiado no turismo, acirrou os conflitos socioambientais locais, em geral associados à privatização da base de recursos naturais que até então era acessado e

usado livremente pelos moradores locais, que atualmente sofrem com a desestruturação dos sistemas sócio produtivos tradicionais da zona costeira.

Referências

- LIMONAD, E. O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros, Bahia. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (40). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24540.htm>>
- MORAES, A. C. R. Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.
- MORAES, L. B. B. de. O turismo de sol e praia no litoral sul de Sergipe: uma análise sob a perspectiva dos modelos do SISTUR e TALC. Tese de Doutorado. São Cristóvão: UFS, Sergipe. 2010.
- PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa dos Coqueirais. Sergipe: Banco do Nordeste, 2002. Disponível no site http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/pdits_sergipe.asp
- SILVA, S. B. de M.; SILVA, B. C. N.; CARVALHO, S. S. de. Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-Bahia e de sua região de influência. Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica, v. IV, nº 3, set/2009.
- SOBRINHO, L. G. Em busca do paraíso: A (ECO) lógica, a gestão do território e o turismo em Praia do Forte - Bahia. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1998.
- VASCONCELOS, P. de A. Salvador. Transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.
- VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de. Iniciativas de ordenamento territorial no Litoral Sul de Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. (Orgs.). Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano. São Cristóvão: EdUFS, 2010.
- VILAR, J. W. C. Evolução da paisagem urbana do centro de Aracaju. ARAÚJO, H. M. de, et al. O ambiente Urbano. Visões geográficas de Aracaju. São Cristóvão: EdUFS, 2006.